



Organização dos
Estados Americanos



COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO (CICTE)

DÉCIMO SEXTO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES
25-26 fevereiro de 2016
Washington, D.C.

OEA/Ser.L/X.2.16
CICTE/doc.1/16
26 fevereiro 2016
Original: inglês

RELATÓRIO DA PRESIDENTE DO COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO 2015-2016

(Apresentado na primeira sessão plenária, em 26 de fevereiro de 2016)

RELATÓRIO DA PRESIDENTE DO COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO 2015-2016

(Apresentado na primeira sessão plenária, em 26 de fevereiro de 2016)

Distintos Embaixadores, Chefes de Delegação, delegados e colegas, membros da Secretaria, Senhoras e Senhores:

Tenho a satisfação de informar que, sob a presidência do Paraguai e em conformidade com as diretrizes de políticas e mandatos estabelecidos, a Secretaria Executiva do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) continuou a prestar apoio aos Estados membros em seus esforços nacionais e coletivos para prevenir, combater, punir e eliminar o terrorismo nas Américas. De janeiro a dezembro de 2015, a Secretaria Executiva do CICTE implementou programas de fortalecimento institucional e capacitação em todos os Estados membros, com 65 eventos que contribuíram para o crescimento e a profissionalização de mais de 3.500 funcionários governamentais na região.

Esses programas têm ampla abrangência: segurança de fronteiras; proteção de aeroportos e instalações marítimas; prontidão contra ameaças emergentes; segurança do turista; detecção de documentos fraudulentos; detenção da proliferação de materiais nucleares, biológicos, químicos e radiológicos (NBQR); proteção de redes cibernéticas; segurança de eventos públicos importantes; e elaboração de leis para a prevenção do financiamento do terrorismo. Por meio desses programas, a Secretaria Executiva do CICTE continua contribuindo para o fortalecimento da segurança em nossos Estados membros.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para destacar alguns dos trabalhos mais importantes desse ano.

I. CONTROLES DE FRONTEIRA

Segurança da aviação

O programa Segurança da Aviação da Secretaria do CICTE tem por objetivo o fortalecimento das capacidades dos Estados membros no cumprimento das normas e práticas recomendadas estabelecidas pela Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO), visando a proteção da aviação civil internacional e das suas instalações, bem como a prevenção e o combate a potenciais atos de terrorismo e outras interferências ilegais.

O Plano de Trabalho do CICTE determina que a Secretaria identifique e forneça assistência técnica e capacitação aos Estados membros em procedimentos e melhorias relacionadas com a aviação para assisti-los no cumprimento das normas da ICAO.

O programa Segurança da Aviação do CICTE atinge o seu objetivo com a capacitação nacional em temas que geralmente podem ser trabalhados de forma específica, como no caso de um aeroporto. Foi oferecido originalmente pela Administração de Segurança dos Transportes (TSA) dos EUA, mas dele participam atualmente, em ritmo crescente, peritos do Canadá, de Israel e da região,

além das capacitações sub-regionais em temas de combate ao terrorismo e ao crime que também facilitam o intercâmbio de boas práticas entre os Estados membros.

O programa Segurança da Aviação do CICTE capacita os agentes de segurança da aviação e da polícia, da alfândega e da imigração, além de funcionários de empresas aéreas e outros, na identificação e interceptação de riscos e ameaças (inclusive drogas e o contrabando correlato) na entrada ou saída do país – ou via passageiros ou cadeia de suprimentos de carga – e na proteção das instalações da aviação civil.

Só em 2015, o CICTE capacitou 91 agentes de segurança da aviação, de fronteiras e de forças da segurança pública da região em ameaças internas e gestão de riscos, interdição de passageiros e realização de inspeções e auditorias por meio de três cursos de capacitação.

Para 2016, o CICTE está planejando as seguintes atividades: um curso sobre interdição de passageiros em Barbados; uma oficina regional sobre ameaças internas em Trinidad e Tobago; um curso sub-regional sobre técnicas do controle de acesso em Santa Lúcia; um curso nacional sobre técnicas do controle de acesso na Guiana; e cursos nacionais de capacitação em segurança de cargas em Dominica e Barbados.

Segurança marítima

Em 2015, a Secretaria do CICTE preparou o relançamento do seu programa Segurança Marítima, que já comprovou sua força, para prestar assistência oportuna aos Estados membros em apoio a seus esforços no cumprimento do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS) e outras normas internacionais de segurança marítima.

A partir de 2016, o programa se concentrará no fortalecimento das capacidades nacionais e regionais em segurança marítima e infraestrutura portuária e no combate às inúmeras ameaças ao comércio marítimo. A Secretaria do CICTE organizará e supervisionará diversas atividades, como: oficinas e seminários nacionais e sub-regionais de “boas práticas” em aspectos fundamentais da segurança marítima; avaliações das necessidades específicas de portos e de capacitação continuada; exercícios de gestão de crises nacionais; e desenvolvimento de uma plataforma on-line para compartilhamento de informações e colaboração em questões relacionadas com a segurança marítima.

Essas atividades serão empreendidas em estreita parceria com a Organização Marítima Internacional (IMO), bem como com as autoridades nacionais pertinentes dos governos do Canadá, do México e dos Estados Unidos, entre outros. Dar-se-á ênfase à melhoria da cooperação nos Estados membros e entre eles, ao envolvimento de todo o espectro das partes interessadas em segurança marítima e à identificação de ameaças e tendências emergentes no domínio marítimo, bem como à preparação para enfrentá-las.

Segurança nas áreas de alfândega e imigração

Com base em iniciativas anteriores de segurança no comércio implementadas com a CICAD por meio de uma combinação de avaliações de portos e capacitações em segurança da infraestrutura, inspeções e técnicas de triagem e intercâmbio de informações e análise de inteligência, o programa Segurança nas Áreas de Alfândega e Imigração do CICTE continuará a cuidar da segurança do comércio na América Central e no Caribe. Esse projeto tem por objetivo a capacitação de agentes da segurança alfandegária e portuária em proteção de contêineres e navios cargueiros. Usando a abordagem de capacitar instrutores, essa iniciativa tratará da avaliação de riscos e das técnicas de inspeção tanto para cargas containerizadas como para a infraestrutura dos navios que as transportam. Este é um projeto de três anos, financiado pelo programa Fortalecimento da Capacidade de Combate ao Crime (ACCBP) do Canadá, que consiste de oficinas nacionais e avaliações.

O programa Imigração e Alfândega do CICTE procurou, inicialmente, conscientizar os agentes de fronteiras quanto à gestão de riscos e fortalecer as relações institucionais entre as autoridades do controle de fronteiras. Com esse enfoque, entre 2010 e 2013 foram realizadas *workshops* em 15 países na América Central e no Caribe. Depois disso, em resposta às prioridades indicadas pelos Estados membros, a abordagem foi modificada para englobar a questão da segurança de contêiner e navios cargueiros, a fim de garantir a segurança e a eficiência do fluxo do comércio na região. Assim, o programa visa oferecer capacitação especializada para a proteção do comércio containerizado, focado nos contêineres e navios cargueiros alvo, na avaliação de riscos e nas técnicas de inspeção. Também visa aumentar a cooperação dos Estados membros e o intercâmbio de informações em torno dessas questões.

Desde seu início, o programa Controles de Alfândega e Imigração do CICTE capacitou quase 1.000 agentes das áreas de segurança de imigração, alfândega e portos na América Central e no Caribe em técnicas de interdição de carga e passageiros, métodos de análise comportamental e detecção e prevenção de tráfico humano.

Em 2014, o Serviço de Assuntos Internacionais de Combate a Entorpecentes e Execução da Lei (INL) do Departamento de Estado dos EUA doou recursos para o projeto Segurança de Contêineres e Cargueiros, que tinha por objetivo aumentar a segurança e a eficiência dos Estados membros na proteção e no monitoramento do fluxo do comércio conteneirizado através das suas fronteiras. Ele está atualmente sendo implementado com a CICAD mediante uma combinação de avaliações de portos e capacitação em segurança da infraestrutura, técnicas de inspeção e triagem, intercâmbio de informações e análise de inteligência.

Até esta data, foram levadas a cabo avaliações e capacitações em Barbados e na Guatemala. Esses dois estágios estão para ser implementados em Trinidad e Tobago e Belize. Em 2015, o CICTE capacitou 35 agentes alfandegários em vistoria de cargueiros e controle e segurança de contêineres com dois cursos de capacitação.

Espera-se também receber, nas próximas semanas, do programa Fortalecimento da Capacidade de Combate ao Crime (ACCBP) do Canadá, na Área de Segurança de Navios Cargueiros, os recursos para um projeto aprovado de três anos para a capacitação de agentes alfandegários e de segurança portuária em matéria de segurança de contêineres e navios cargueiros. Usando a abordagem de capacitar instrutores, essa iniciativa tratará da avaliação de riscos e das técnicas de inspeção tanto para as cargas containerizadas como para a infraestrutura dos navios que as transportam.

A expectativa é que sejam realizadas avaliações e capacitações de capacitadores em controle de contêineres e segurança de cargueiros no México, Honduras, Peru, Trinidad e Tobago, Colômbia, Costa Rica, Chile e República Dominicana.

Segurança de documentos e prevenção de fraudes

Desde o seu lançamento em 2006, o programa Segurança de Documentos e Prevenção de Fraude tem se esforçado para aumentar a segurança na emissão e no controle de documentos de viagem e identidade nos nossos Estados membros. A Secretaria implementou diferentes atividades e cursos de capacitação na região, incluindo treinamento avançado na detecção de documentos fraudulentos e de impostores, e oficinas sub-regionais sobre boas práticas em segurança de documentos de viagem e gestão de identificação.

Em 2016, o enfoque desse programa englobará assistência técnica para tratar de necessidades específicas identificadas em Estados membros individuais. O seu objetivo abrangente é assegurar que o nosso programa Segurança de Documentos continue a apoiar os Estados membros no cumprimento das normas internacionais relativas a documentos de viagem.

Em 2015, o programa Segurança de Documentos continuou a fornecer assistência e apoio institucional em matéria de segurança de documentos de viagem e gestão de identidade nas Américas. Em seu âmbito, foram realizados cursos nacionais de capacitação em exame de documentos e prevenção de fraudes, entre os quais o primeiro curso “Capacitação de Capacitadores” da região, que será replicado em outros países que solicitarem assistência nessa matéria.

Implementação da Resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas

O programa do CICTE apoia os esforços de implementação dos Estados membros por meio de apoio institucional especializado e de atividades de assistência legislativa destinadas a fortalecer as suas estruturas de prevenção contra o uso de materiais CBRN por atores não estatais. Atualmente, em parceria com as Nações Unidas, o CICTE trabalha em estreita ligação com diversas nações para assisti-las na redação de versões preliminares dos seus planos nacionais de ação, no fortalecimento das suas estruturas e capacidades jurídicas

para prevenir e combater casos de contrabando, na promoção do intercâmbio de boas práticas por meio do uso da metodologia de “revisão dos pares” e na facilitação da coordenação no nível político para identificar áreas de cooperação regional e sub-regional.

No próximo mês, com o valioso apoio financeiro das Nações Unidas e do governo dos EUA, um cargo de Coordenador Regional da Resolução 1540 será estabelecido na OEA para ajudar os Estados membros a identificar prioridades estratégicas na implementação da Resolução 1540 e apoiar o desenvolvimento de planos nacionais de ação para essa finalidade.

Desde 2011, o CICTE vem prestando assistência aos esforços do México no cumprimento da Resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR 1540), mediante apoio às autoridades na elaboração da versão preliminar de um plano nacional de trabalho, que será seguido de um programa específico para lidar com as necessidades e os desafios existentes. Esse programa específico de fortalecimento institucional e assistência técnica é executado em parceria com o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (UNODA) e o Grupo de Peritos da Comissão da UNSCR 1540.

Em 2015, CICTE continuou a apoiar a implementação do UNSCR 1540 no México, prestando assistência legislativa na versão preliminar de “Congelamento de Ativos para o Financiamento da Lei de Armas de Destruição em Massa Direito”.

Ainda em 2015, o CICTE recebeu uma contribuição do programa Controle de Exportação e Segurança de Fronteira (EXBS) do Departamento de Estado dos EUA para prestar assistência legislativa na versão preliminar e na implementação dos planos nacionais de ação da UNSCR 1540 de Panamá, Chile, Costa Rica e Colômbia. Neste contexto, atividades que compreendem missões de assistência legislativa, projetos de fortalecimento institucional e reuniões foram programadas de 2015 a 2017.

II. ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Programa Assistência Legislativa e Combate ao Financiamento do Terrorismo (LACTF)

No âmbito desse programa, o CICTE fornece capacitação e assistência técnica aos Estados membros para fazer avançar a implementação das estruturas jurídicas universais e regionais e reconheceu normas contra o financiamento do terrorismo. Embora as necessidades de cada país sejam avaliadas individualmente, em linhas gerais pode-se dizer que nos últimos anos o enfoque do programa se deslocou gradualmente para a prestação de assistência técnica jurídica na elaboração de leis de combate ao terrorismo e ao financiamento do terrorismo e para o fornecimento de capacitação especializada nessas

áreas, na medida em que o nível de ratificação dos instrumentos universais e regionais contra o terrorismo avançou e a necessidade da real implementação de uma estrutura jurídica e de seu lado operacional aumentou.

Desde 2014, o CICTE vem trabalhando para reunir os pequenos Estados insulares do Caribe com os pequenos Estados insulares do Pacífico, a fim de promover o intercâmbio de informações e boas práticas nas questões relacionadas aos desafios comuns às duas regiões.

Além disso, o CICTE tem prestado assistência aos Estados membros da OEA com relação às boas práticas e ao compartilhamento de informações para minimizar os riscos de abuso nas zonas de livre comércio das Américas.

O programa também continuará a cooperar com o UNODC, o GAFILAT, o UNCTED e a Unidade de Combate à Lavagem de Dinheiro da CICAD, para alavancar recursos e experiência a fim de maximizar os resultados.

Em 2015, o programa Assistência Legislativa e Combate ao Financiamento do Terrorismo (LACTF) do CICTE realizou quatro oficinas inter-regionais para promover a cooperação e o intercâmbio de informações sobre redes ilícitas e terroristas entre as ilhas do Caribe e do Pacífico e para tratar do financiamento do terrorismo e da lavagem de dinheiro nas zonas de livre comércio. Mais de 100 agentes foram beneficiados com essas oficinas.

III. PROTEÇÃO DA INFRAESTRUTURA CRÍTICA

Segurança cibernética

Desde a aprovação da Estratégia Interamericana Integral de Segurança Cibernética em 2004, o programa Segurança Cibernética do CICTE promoveu a criação de equipes de resposta a incidentes de segurança em computadores (CSIRTs), cujo número passou, nesse período, de quatro para 19. Paralelamente, países como Colômbia (2011), Panamá (2012), Trinidad e Tobago (2013) e Jamaica (2015) estabeleceram políticas e estratégias nacionais de segurança cibernética. A OEA apoiou Costa Rica, Dominica, Paraguai, Peru e Suriname no desenvolvimento das suas estratégias nacionais de segurança cibernética. Além do desenvolvimento das CSIRTs e das estratégias nacionais, o programa Segurança Cibernética realizou exercícios de gestão de crises em segurança cibernética, que foram utilizados como atividades de capacitação em oito países por meio de um laboratório cibernético móvel, construído e configurado com o apoio do Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (DOITS) da OEA. Em 2015, o CICTE, em parceria com o Instituto de Segurança Cibernética (INCIBE) da Espanha, organizou a primeira *International CyberEx 2015*, que atraiu 39 equipes dos Estados membros da OEA e sete equipes internacionais.

O programa Segurança Cibernética está preparando o lançamento de uma nova plataforma hemisférica de segurança cibernética para facilitar a comunicação e o intercâmbio

de informações em tempo real entre as CSIRTs das Américas. Essa plataforma também servirá de ferramenta para as equipes de resposta correlacionarem registros e executarem outros processos de resposta a incidentes.

O programa Segurança Cibernética do CICTE continua executando projetos de segurança cibernética para proteger os sistemas de controle industrial (ICS). Para essa finalidade, o programa tem trabalhado em estreita cooperação com diversas partes interessadas na organização de numerosos eventos e oficinas de capacitação com vistas a melhorar as capacidades dos Estados membros nessa matéria. Em julho 2015, o programa Segurança Cibernética organizou, em coordenação com o Governo do Chile e com o apoio do INCIBE, um evento de dois dias sobre “Proteção da Infraestrutura Crítica e Sistemas de Controle Industrial”. Em novembro do mesmo ano, um seminário sub-regional de três dias sobre segurança cibernética na proteção da infraestrutura crítica e sistemas de controle industrial foi organizado em coordenação com o Governo do Paraguai e o apoio do INCIBE. Esses eventos destinavam-se a profissionais diretamente envolvidos na operação e gestão da infraestrutura crítica na região.

Além disso, o programa Segurança Cibernética do CICTE também cooperou com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em um evento no Brasil sobre a segurança dos sistemas de informações de segurança em instalações nucleares, inclusive naquelas relacionadas com a produção de energia e pesquisa ou usadas para fins médicos. O evento enfocou os vínculos entre as preocupações de segurança física e digital e o tema de como gerentes e técnicos de computação podem mitigar o risco cibernético e permanecer em dia com as novas tendências.

Em 2015, o programa Segurança Cibernética fez parcerias com a Trend Micro para produzir um relatório sobre “Segurança Cibernética e a Proteção da Infraestrutura Crítica nas Américas”. Esse relatório incluiu estudos de caso e os resultados de pesquisas realizadas entre os Estados membros e o setor privado na busca de um quadro mais aproximado da situação da infraestrutura crítica da região em segurança cibernética. Esse relatório conjunto com a Trend Micro foi publicado em abril de 2015.

Desde 2004, o programa Segurança Cibernética executou mais de 180 iniciativas de segurança cibernética e atividades com mais de 6.500 pessoas que delas se beneficiaram diretamente. Esses resultados só foram alcançados graças à colaboração dos parceiros do CICTE. Por exemplo, em setembro/outubro de 2015, o programa Segurança Cibernética organizou, em parceria com o Foro de Equipes de Resposta a Incidentes (FIRST), o Colóquio Técnico de Segurança Cibernética, que consistiu de uma sessão plenária e de três temas de capacitação: Segurança pública; Equipe de resposta a emergências de computação (CERTs); e Sistemas de controle industrial (ICS). Dispensou-se atenção especial ao papel facilitador e de liderança a ser adotado pelos governos em assuntos de segurança cibernética, levando-se também em conta as boas práticas, uma infraestrutura apropriada e políticas, legislação e regulação pertinentes. No último dia do evento, 2 de outubro, o programa Segurança Cibernética da OEA/CICTE realizou uma sessão plenária com o Departamento de

Segurança da Pátria e a Aliança Nacional de Segurança Cibernética dos EUA para o lançamento do Mês de Conscientização da Segurança Cibernética. Esse evento focou a discussão do papel das empresas e entidades sem fins lucrativos e acadêmicas no aumento da conscientização em assuntos de segurança cibernética na sociedade e na promoção de uma cultura de segurança cibernética. Participaram altas autoridades governamentais, profissionais do setor privado, membros da academia e agentes da segurança pública dos Estados membros diretamente envolvidos em questões de segurança cibernética.

O programa Segurança Cibernética também organizou missões específicas a Estados membros com vistas à melhoria das suas capacidades de segurança cibernética. Por exemplo, o Governo da Colômbia solicitou o apoio da OEA à organização de uma comissão internacional de peritos para avaliar a situação da segurança cibernética do país. De março a abril de 2014, a OEA organizou uma missão nacional de assistência técnica em segurança cibernética. Depois do intercâmbio de ideias entre os atores relevantes, peritos nacionais e internacionais prepararam recomendações sobre quatro temas importantes: capacidades institucionais; capacidades em segurança cibernética; cooperação internacional e das diversas partes interessadas; e estruturas jurídicas da segurança cibernética. Em agosto 2015, a OEA e peritos internacionais em segurança cibernética foram convidados pela Colômbia para analisar a sua nova Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e verificar se esse novo documento levava em conta as recomendações apresentadas no ano passado. Como resultado dessa missão, recomendações e observações complementares e suplementares foram submetidas à consideração do país. Da mesma forma, o CICTE conduziu uma oficina nacional e de avaliação em segurança cibernética com o governo mexicano em outubro de 2015. Essa oficina teve a participação da Comissão de Peritos Internacionais organizada pela OEA/CICTE com o objetivo de analisar a situação atual da segurança cibernética no país e oferecer recomendações para o fortalecimento das suas capacidades em segurança cibernética. Os peritos internacionais prepararam uma série de recomendações que foram submetidas à consideração do governo mexicano.

O programa Segurança Cibernética construiu parcerias e acordos de cooperação importantes com a sociedade civil e o setor privado. Com relação ao primeiro, o Secretário-Geral assinou um acordo de cooperação com a campanha global de conscientização “PARE. PENSE. CONECTE-SE.”, que visa conscientizar o usuário da Internet quanto aos riscos para a segurança cibernética. O programa apoiou ainda países como Dominica, Jamaica, Panamá, Paraguai e Uruguai na adesão à iniciativa “PARE. PENSE. CONECTE-SE”.

A Secretaria-Geral da OEA também assinou os Princípios da Resiliência Cibernética do Foro Econômico Mundial, que presta assistência a instituições na adaptação aos princípios apropriados da segurança cibernética. O CICTE também assinou um memorando de entendimento com a Microsoft para iniciar o desenvolvimento de capacitação conjunta e de iniciativas de fortalecimento institucional no hemisfério.

Em 2015, Argentina, Chile e México tornaram-se membros fundadores, com a Secretaria-Geral da OEA, do Foro Global de Perícia Cibernética (GFCE). Este ponto de

encontro foi usado pela OEA/GS para o lançamento da Iniciativa Segurança Cibernética da OEA, que visa o desenvolvimento de parcerias para atender às necessidades de fortalecimento institucional dos Estados membros.

A fim de facilitar o compartilhamento de experiências entre governo e setor privado, o programa Segurança Cibernética coordenou com a USUARIA – a Associação Argentina de Usuários da Internet – a promoção de numerosos eventos SEGURINFO nos Estados membros da OEA, como no Paraguai (março 2015).

Em 2015, foram desenvolvidas ferramentas de conscientização, o último dos quais foi o Kit de Ferramentas da Campanha de Conscientização de Segurança Cibernética da OEA, que pode ser usado por todos os Estados membros nos seus esforços de conscientização. A Estratégia de Educação e Conscientização em Segurança Cibernética também foi desenvolvida especificamente para o governo de Trinidad e Tobago.

Em junho de 2014, o CICTE publicou um relatório conjunto com a empresa de segurança cibernética Symantec, intitulado *Latin American + Caribbean: Cybersecurity Trends*. Esse relatório correlacionou os dados objetivos de ameaça do relatório da Symantec com os dados fornecidos pelos Estados membros relativos às respostas governamentais às questões de segurança cibernética e crime cibernético. Preenchendo uma lacuna de conhecimento expressa pelos Estados membros, o relatório apresentou uma visão geral dos crimes cibernéticos e da segurança cibernética na América Latina e no Caribe em 2013 e avaliou as tendências importantes na região no tocante às ameaças ao domínio cibernético, explicando como os governos, as empresas privadas e os usuários individuais finais podem ser afetados. Esse trabalho também englobou relatórios de país, retratando de maneira abrangente a atual situação da segurança cibernética de cada Estado membro

Finalmente, o programa Segurança Cibernética do CICTE fez parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Centro de Capacidades em Segurança Cibernética Global (GCSCC) da Universidade de Oxford para produzir uma análise das lacunas da segurança cibernética na América Latina e no Caribe. O programa Segurança Cibernética e o GCSCC desenvolveram uma ferramenta que foi usada para a coleta de dados entre Estados membros da OEA no início de 2015. A expectativa é que esse relatório da análise das lacunas da segurança cibernética seja lançado em fevereiro de 2016.

Segurança do turismo

Desde 2009, o programa Segurança do Turismo do CICTE oferece fortalecimento institucional e cursos de capacitação especializado em segurança para o setor turístico na escolha de destinos. Construimos uma rede de partes interessadas dos setores público e privado e identificamos necessidades, prioridades e boas práticas para satisfazê-las. O programa está entrando em uma nova etapa de três anos com o objetivo de desenvolver planos de gestão de crises para uma destinação turística completa, e não apenas para um

local específico. Isso se segue a uma proposta bem-sucedida de projeto submetida ao programa Fortalecimento da Capacidade de Combate ao Crime (ACCBP) do Canadá, cuja implementação começará em 2016. Esse projeto em particular visa utilizar o conhecimento existente e as habilidades dos agentes de segurança do turismo em locais que se beneficiaram do programa Segurança do Turismo do CICTE no passado para ajudar os Estados membros no desenvolvimento de planos de segurança do turismo e gestão de crises para uma destinação turística completa, e não apenas para um local específico. O programa continuará a construir capacidades e perícia para destinos turísticos/países que ainda não se beneficiaram com os programas do CICTE. Além disso, o CICTE ampliará o enfoque dos seus programas para abranger os riscos e as ameaças específicas de determinados destinos, como sequestro, turismo sexual e tráfico humano.

Em particular, esse projeto procura estabelecer e promover um mecanismo permanente de cooperação que envolva os Estados membros da OEA com relação ao planejamento da segurança e à proteção dos destinos turísticos. Isso se fundamenta na extensa experiência e nas redes consolidadas do CICTE e do Instituto das Nações Unidas para Pesquisas sobre Delinquência e Justiça (UNRCII). O novo projeto tem três partes: Cursos básicos de capacitação em segurança do turismo nos níveis de política e operação; Apoio ao desenvolvimento de planos integrados de segurança do turismo em coordenação com parcerias público-privadas (PPPs); e Cursos especializados de capacitação em gestão de riscos e prevenção do crime para a América Central e o Caribe.

Com o apoio do Departamento de Turismo da OEA, o CICTE continua a colaborar com a Organização Mundial do Turismo e os ministérios do turismo do hemisfério na organização das conferências de segurança do turismo nas Américas (República Dominicana, 2011; Panamá, 2013; Equador, 2014; e México, 2014). O programa Segurança do Turismo continua a desenvolver relações com agências de segurança do turismo na região, criando uma rede sólida de parceiros, que inclui autoridades dos setores público e privado. O CICTE também organizou um seminário internacional sobre a proteção e a assistência a turistas em colaboração com a Secretaria de Turismo do México. O CICTE foi convidado a participar da primeira Conferência de Infraestrutura Crítica em St. Maarten, para compartilhamento das experiências dos Estados membros em segurança do turismo. Essa participação iniciou uma relação entre o CICTE e as ilhas do Reino da Holanda em assuntos relacionados com a segurança do turismo.

Segurança em grandes eventos

O programa Segurança em Grandes Eventos atua no desenvolvimento de capacidades nacionais e regionais para a prevenção de crime e a proteção de eventos importantes (como eventos esportivos, políticos, culturais e outros de alta visibilidade). Entre as principais funções está a criação de oportunidades de capacitação específicas para o contexto, baseadas na capacidade do Estado membro de sediar eventos importantes e na consolidação de uma rede de pontos focais nacionais (PFNs). Desde 2010, com o apoio do programa

Fortalecimento da Capacidade de Combate ao Crime (ACCBP) do Canadá, o programa tem trabalhado com o Instituto das Nações Unidas para Pesquisas sobre Delinquência e Justiça (UNRCII) na implementação da iniciativa Observatório Internacional Permanente (IPAs Américas), que desenvolveu plataformas e outras oportunidades de melhoria das estratégias de intercâmbio de informações e das ferramentas de planejamento para prevenir atividades criminosas e gerenciar crises durante eventos importantes no hemisfério e depois deles.

De novembro de 2014 a junho de 2015, a equipe de segurança em grandes eventos do CICTE trabalhou com o ICSS na organização e realização da Primeira Conferência Regional das Américas sobre Eventos Esportivos Importantes: a Encruzilhada da Segurança e do Desenvolvimento Socioeconômico, ocorrido em 25 e 26 de junho de 2015, em Washington, D.C. O evento reuniu autoridades governamentais de alto nível de ministérios do esporte, da segurança e dos direitos humanos, bem como representantes da comunidade acadêmica, do desenvolvimento internacional, de polícias internacionais e do setor privado para explorar temas que vão de políticas regionais de segurança a integridade financeira e proteção de grupos vulneráveis no contexto de eventos esportivos importantes. Esperamos que o evento marque o início de uma frutífera parceria entre a Secretaria do CICTE e o ICSS.

Segurança da cadeia de suprimentos

O programa Segurança da Cadeia de Suprimentos do CICTE concentra os seus esforços em um programa de parceria público-privada que está sendo aceito como uma boa prática no mundo todo em termos de gestão de riscos e de segurança da cadeia de suprimentos, além de facilitação do comércio. Esse programa específico é o Operador Econômico Autorizado (AEO), iniciativa que se comprovou igualmente vantajosa tanto para empresas privadas como para governos nacionais. Para se certificar no programa, as empresas devem atender a padrões mínimos de segurança e seguir protocolos básicos de segurança. O governo nacional se beneficia quando mais empresas aderem a essas normas de segurança, mitigando o risco associado a certas importações e exportações e permitindo que orientem os recursos limitados de segurança a remessas de maior risco.

Em 2015, o programa Segurança da Cadeia de Suprimentos do CICTE, por meio do qual a Secretaria assiste os Estados membros na elaboração, no desenvolvimento e na implementação dos programas AEO, capacitou autoridades de 11 países com missões específicas de assistência técnica e uma conferência técnica. Além da oferta de capacitação operacional a agentes alfandegários, o programa ajuda na extensão ao setor privado. Com base em uma série de 14 missões de assistência técnica realizadas em 2014-2015, o CICTE continuará a apoiar a expansão dos programas AEO em todo o hemisfério por meio de oficinas de habilidades nacionais e regionais para as partes interessadas dos setores público e privado.

IV. FORTALECIMENTO DE ESTRATÉGIAS EM MATÉRIA DE AMEAÇAS TERRORISTAS EMERGENTES

Biossegurança

A meta desse programa é possibilitar aos países a criação de planos nacionais de prontidão e protocolos interinstitucionais para o caso de incidentes biológicos, causados tanto intencionalmente como por atores naturais. Para se organizar eficientemente uma resposta interinstitucional, a OEA/CICTE facilita a discussão entre as diferentes entidades nacionais responsáveis pelo primeiro exame da estrutura existente por meio de uma missão de assistência preliminar, depois com a aplicação dos protocolos e de respostas a uma simulação de exercícios de mesa de um incidente biológico e, finalmente, com duas missões de assistência técnica que analisarão as questões técnicas surgidas nas etapas anteriores. Na conclusão desse ciclo de missões, o país sede deverá ter um plano nacional de prontidão e cada instituição deverá dispor dos protocolos de apoio.

Nos últimos cinco anos, esse programa ofereceu capacitação crítica a mais de mil agentes governamentais em mais de 30 Estados membros. Como resultado, o conhecimento e a conscientização regionais foram aumentados consideravelmente, e diversos países, entre os quais, Trinidad e Tobago, Panamá, Guatemala, Chile, Bahamas, Colômbia, Honduras e República Dominicana, iniciaram, concluíram ou aperfeiçoaram os planos de resposta nacionais existentes. Além disso, esse programa também aprimorou a cooperação interagencial nos Estados membros e no âmbito regional. Em 2015, a OEA/CICTE assistiu a Colômbia e as Bahamas na elaboração dos seus planos interinstitucionais de resposta e seus anexos, executou com êxito uma simulação ao vivo de um ataque biológico terrorista em Bogotá e começou a avaliar a estrutura existente na República Dominicana e em Honduras.